

Marcação de gênero, opcionalidade e genericidade:

Processamento de concordância de gênero no DP aos dois anos de idade¹

Marina R. A. Augusto*

Letícia Sicuro Corrêa**

Resumo – A relação entre marcação de gênero e classes semânticas, com implicações para a expressão lingüística da genericidade, é investigada em fase inicial da aquisição do PB. Considera-se a realização de Gênero nessa língua e discute-se a relevância de se distinguir formalmente traço intrínseco e opcional. Resultados de um experimento com crianças de 22-34 meses sugerem que *opcionalidade* apresenta demandas específicas, particularmente vinculadas à referência e que, nessa faixa etária, crianças são sensíveis à marcação de gênero como indicativa de marcação semântica, o que contribui para a aquisição de conhecimento acerca da expressão de genericidade na língua.

Palavras-chave – Traços de gênero. Referência. Genericidade. Marcado vs. não-marcado.

1. Introdução

Este artigo dá seguimento à investigação conduzida anteriormente (CORRÊA E NAME, 2003; CORRÊA, AUGUSTO, FERRARI-NETO E NAME, 2004) acerca do processamento da concordância de gênero no DP no processo de aquisição da língua materna, no caso o PB (Português do Brasil). Explora

* Da PUC-Rio / LAPAL (Rio de Janeiro, Brasil); e-mail: marina@let.puc-rio.br; marina_augusto@uol.com.br. ** Da PUC-Rio / LAPAL (Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: lscorrea@let.puc-rio.br.

a possibilidade de o gênero feminino ser interpretado como semanticamente marcado por crianças em uma fase relativamente inicial do processo de aquisição da língua – por volta de dois anos de idade – habilidade que não só revela inserção da criança no sistema gramatical da língua (visto que o valor a ser tomado como semanticamente não marcado pode, em princípio, variar entre línguas) como a possibilidade de a marcação morfofonológica (a presença do morfema flexional de gênero *-a*) ser tomada pela criança como informação relevante para a constituição de categorias semânticas, o que tem implicações para a compreensão e para o estabelecimento da referência genérica, uma vez que o gênero masculino, entendido como morfológicamente não-marcado, integra o conjunto de fatores responsáveis pela expressão de genericidade no PB.

Em experimento anterior, constatou-se que crianças de cerca de dois anos de idade detectam incongruência de gênero entre Det e Nome com gênero intrínseco² em tarefa experimental de seleção de figuras a partir da solicitação de um fantoche com fala “engraçada” (o que licencia a possibilidade de enunciados agramaticais) (NAME E CORRÊA, 2002; CORRÊA E NAME, 2003). Estudo realizado posteriormente com metodologia semelhante constatou que a habilidade de detectar incongruência entre Determinante e Nome pode ser estendida para nomes com gênero opcional assim como para número opcional, ambos semanticamente interpretados nessa faixa etária (CORRÊA ET AL. 2004). Assim sendo, o fato de o gênero gramatical ter correspondência com gênero natural (uma classe semanticamente definida) não parece afetar o processamento da concordância entre Determinante e Nome – o gênero do determinante é tomado pela criança como a informação relevante relativa a gênero no DP, o que

sugere que o gênero do DP não é processado somente em bases semânticas (i.e. com base na interpretação semântica do morfema de gênero do nome) e sim com base na concordância sintática entre Determinante e Nome (ou entre nome e uma projeção funcional Gen), da qual a marca morfológica de gênero no determinante seria resultante (cf. CORRÊA, 2001; NAME, 2002; CORRÊA E NAME, 2003). Comportamento um tanto distinto foi observado em relação ao número, cuja informação proveniente da flexão do nome foi predominantemente levada em conta pelas crianças quando diante de incongruência, possivelmente pelo fato de o número envolver uma operação semântica sobre uma classe enquanto que o gênero diz respeito a uma subcategorização da classe denotada pelo nome masculino (CORRÊA ET AL. 2004). Nesse experimento, observou-se ainda que havia “erros” na condição gênero congruente nos quais a escolha do referente de um DP masculino recaía sobre a figura de um personagem feminino. Diante dessa tendência, conjecturou-se a possibilidade de crianças nessa faixa etária não só distinguirem gênero em termos morfológicos (com suas implicações para o processamento sintático), mas interpretarem o gênero opcional em termos de categorias semanticamente marcada e não-marcada. Um segundo experimento foi proposto no qual apenas gênero foi considerado de modo a verificar se a tendência observada seria mantida. Neste artigo, este experimento é relatado no que concerne à questão da interpretação semântica da marcação morfológica de gênero e a distinção entre gênero intrínseco e opcional, agora explicitamente contrastada. A hipótese testada foi a de que crianças de cerca de dois anos são sensíveis à marcação morfológica de gênero assim como à interpretação dessa marcação como relativa à classe semântica tomada como

genérica. A previsão foi de que sentenças com gênero Masculino (não-marcado) favorecem a interpretação semântica do gênero como pertinente a uma classe de indivíduos, irrespectivamente de sexo, o que facilita a escolha indiscriminada de figuras apresentadas como de sexo masculino ou feminino numa tarefa de identificação de gravuras.

Esse estudo se integra a um programa de pesquisa que visa a explorar possíveis relações entre um modelo de língua concebido na ótica do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) e um modelo da relação entre processador e gramática, tomando como foco questões pertinentes à concordância no processamento (adulto) e na aquisição da língua pela criança (cf. CORRÊA, 2001; 2002, no prelo e neste volume). Os traços denominados traços- Φ , aí incluídos os traços de gênero, número e pessoa, constituem o foco da pesquisa centrada no processamento do DP. A noção de traço foi incorporada no Programa Minimalista (CHOMSKY 1995) e desempenha papel de destaque no que se refere ao fenômeno da concordância. Assim sendo, o presente artigo começa por caracterizar a noção de traço formal no contexto do Programa Minimalista, para que suas implicações para a aquisição da linguagem sejam posteriormente exploradas. A seguir, caracteriza-se a realização do gênero gramatical no PB. As habilidades de processamento relevantes para a aquisição de gênero e as evidências já encontradas no PB são abordadas na Seção 4. A seguir, apresenta-se o experimento, resultados e discussão desses e, por fim, uma breve conclusão fecha o artigo.

2. O Programa Minimalista e a noção de traço

No Programa Minimalista, língua-I é concebida como a atuação do sistema computacional, responsável pela derivação

das expressões lingüísticas, sobre um léxico, adquirido pela criança na exposição a uma determinada língua.

O léxico é um conjunto de traços que retratam tanto propriedades fonéticas e semânticas, como também propriedades gramaticais, representadas pelos denominados traços formais do tipo: gênero, número, pessoa, Caso, QU etc. A seleção de itens lexicais e de seus respectivos traços para a formação da *Numeração* determina a atuação das operações do sistema computacional – *Merge*, *Agree/Move*. A noção de traço não é só pertinente, nesse modelo, no que diz respeito à derivação de uma expressão lingüística particular, mas também para a própria definição do conjunto de traços relevantes para a especificação de uma dada língua. Sendo assim, a parametrização é concebida como decorrente do conjunto de traços selecionados pelas gramáticas particulares e a maneira como esses traços se associam a itens lexicais, sem se deixar de levar em conta que a interpretabilidade desses traços é determinada pelas condições de legibilidade. É justamente a imposição de interpretabilidade dos traços, advinda dos sistemas de interface, que impõe ao sistema computacional o acionamento da operação *Agree* responsável pela eliminação de traços não-interpretáveis. Traços de mesmo tipo são associados a categorias que serão relacionadas no decorrer da derivação sintática. O pareamento entre traços interpretáveis e não-interpretáveis de mesmo tipo, relacionando diferentes categorias, expressa o mecanismo de concordância sintática presente nas línguas naturais. Em CHOMSKY (1999), os traços não-interpretáveis são traços sem valor especificado que devem ser valorados no decorrer da derivação sintática. Assim, o conjunto de traços não-interpretáveis, denominado sonda, procura um conjunto similar de traços³ – o alvo – para que *Agree* se estabeleça e os traços não-

interpretáveis, uma vez valorados, sejam eliminados para LF, embora essa valoração possa produzir efeitos visíveis em PF. Nesse sentido, as categorias funcionais e sua expressão morfológica podem ser vistas como o local privilegiado para refletir as implicações sintáticas da presença de determinados traços na língua.

Além da interpretabilidade dos traços em relação às categorias às quais se associam, os traços são, ainda, caracterizados como intrínsecos ou opcionais. Os traços intrínsecos são aqueles que aparecem armazenados na entrada lexical (ou são determinados por propriedades explicitamente listadas no léxico); os opcionais são adicionados no momento da seleção dos itens para compor a *Numeração*.

Em relação ao traço de gênero especificamente, CHOMSKY (1995) associa-o, conjuntamente com o de número, aos nomes nas línguas. A relação de concordância que se efetiva internamente a um DP, portanto, será reflexo da associação de traços de gênero (e de número) também aos determinantes (e adjetivos, quando presentes). Nesse sentido, pode-se afirmar que o traço de gênero é interpretável no nome e não-interpretável no determinante.

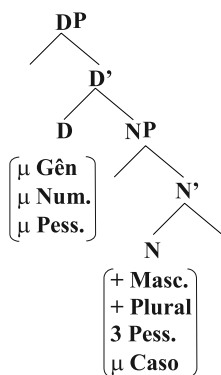


Figura 1 - Representação sintática da concordância (D = sonda; N = alvo)

No entanto, a literatura tem apontado para a possibilidade de que haja projeções intermediárias entre NP e DP, seja para derivar relações de ordem e distribuição complementar (ou não) entre artigos, demonstrativos e possessivos (CINQUE, 1994; BRUGÈ, 2002), seja para dar conta das relações de concordância entre os elementos do sintagma determinante (RITTER, 1991; PICALLO, 1991).

RITTER (1991) propõe a presença da categoria NumP entre NP e DP e PICALLO (1991) propõe que a categoria GenP se localize entre o NP e NumP, obtendo-se, desse modo, a seqüência de afixos de gênero e número como reflexo do movimento sucessivo cíclico do núcleo N para essas categorias. RITTER (1993) se opõe à idéia de uma projeção do tipo GenP. Para essa autora, o traço de gênero não formaria uma projeção independente e as línguas variariam em relação ao local onde o traço de gênero se situaria, podendo fazer parte da raiz do nome (o caso do hebraico) ou se localizar conjuntamente com a projeção de número em NumP (nas línguas românicas). BERNSTEIN (1993), por outro lado, defende que GenP deveria, na verdade, ser substituído por uma categoria do tipo WMP (*Word Marker Phrase*), uma projeção de marcador de classe, que não indicaria gênero exatamente, mas antes uma categoria nominal mais geral.

A possibilidade de incorporar projeções do tipo NumP e GenP implicaria sucessivas e distintas operações de concordância ocorrendo internamente ao DP¹:

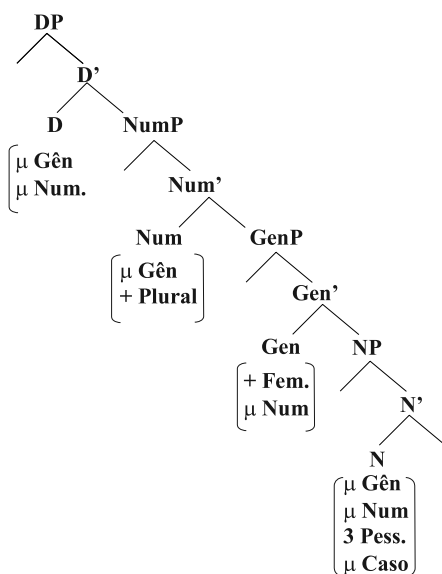


Figura 2 – Projeções intermediárias entre NP e DP

Além das propostas já citadas, uma possibilidade que a discussão em torno das projeções intermediárias acarreta é a de distinguir o caráter intrínseco ou opcional do gênero em função da projeção GenP. ALEXIADOU E MULLER (2004) discutem a pertinência de se tomar classes nominais (cuja equiparação com o traço intrínseco de gênero, no português, é procedente) como traços relevantes para a sintaxe, uma vez que se trata de uma informação puramente morfológica. Os traços formais que afetam a sintaxe têm sua interpretabilidade determinada pela interface semântica. Que relevância poderia ter um traço de classe formal para a interface semântica? Nesse sentido, e levando-se em conta o *Princípio de Interpretação Plena*, não se esperaria que traços desse tipo estivessem presentes na sintaxe. Uma opção seria incluir, alternativamente, essas marcas na transferência do objeto sintático para PF, uma vez que os marcadores têm reflexos

fonético-fonológicos particulares. No entanto, essa adição violaria a *Condição de Inclusividade*, que determina que não haja inclusão de nenhum elemento, que não esteja já previsto na *Numeração*, no decorrer da derivação. Desse modo, a proposta alternativa desses autores é tratar esse tipo de fenômeno em um componente morfológico pré-sintático. Em relação ao traço de gênero opcional, no entanto, pode-se admitir uma projeção particular, uma vez que essa informação de gênero morfológico está relacionada ao gênero natural, semanticamente relevante. Sendo assim, pode-se distinguir traço de gênero intrínseco, associado ao nome, de traço de gênero opcional, adicionado no momento da formação da *Numeração*, que implicaria uma projeção funcional do tipo GenP. Nesse sentido, a computação do gênero opcional demandaria a presença da projeção adicional GenP. Vale, no entanto, apontar, ainda, como alternativa a possibilidade de que também nesse caso o valor de gênero fosse definido no próprio léxico, em um componente morfológico pré-sintático (ALEXIADOU E MÜLLER 2004), uma vez que, embora o morfema *-a* seja tomado como sufixo de gênero, a terminação *-o* dos masculinos é tomada como classe nominal, correspondendo o sufixo de gênero masculino a \emptyset .

A caracterização da realização do gênero gramatical no português na próxima seção ilustra, com maior clareza, a expressão do gênero como traço intrínseco ou opcional nessa língua, apontando para as implicações dessa realização no processo de aquisição.

3. Caracterização do gênero em português

O sistema de gênero no português apresenta dois valores: masculino e feminino. Os nomes inanimados (1), na língua, apresentam gênero intrínseco, assim como alguns nomes

animados (2). Entre os nomes animados, alguns admitem a flexão de gênero (3), isto é, apresentam gênero opcional:

- (1) o livro/ a mesa/ a tribo/ o cometa/ a ponte/ o pente
- (2) a vítima/ a testemunha/ a criança/ a onça/ a tartaruga/ o jacaré/ o peixe
- (3) o coelho/a coelha – o gato/ a gata – o menino/ a menina

A vogal *-a* pode ser tomada, portanto, ou como vogal temática ou como sufixo flexional de gênero. Sua presença em *mesa* ou *cometa* é caracterizada como indicativo de classe nominal. A vogal temática é um segmento fônico que caracteriza morficamente um conjunto de vocábulos da mesma espécie, ampliando o radical e formando o tema da palavra, à qual podem, então, ser adicionados sufixos flexionais (CÂMARA, 1977). Nesse sentido, a vogal *-a* contrapõe-se a outras possíveis vogais temáticas nominais do português – dentre elas a vogal *-o*. Como expressão morfológica de gênero, terá a sua presença em determinantes (adjetivos, possessivos e participios) como resultado do processo de concordância, assim como naqueles nomes animados que admitem gênero opcional (ver (3) acima). Nesse subgrupo de nomes da língua, correlaciona-se gênero gramatical a gênero natural, cuja variação dependerá do referente do DP. Nesse sentido, o feminino é o valor marcado, isto é, a vogal *-a* não se contrapõe especificamente ao *-o*, mas ao \emptyset , para o masculino.

A relação entre gênero e classes nominais no PB acarreta, portanto, algumas implicações para a aquisição da linguagem, no sentido de que identificar o gênero de um nome depende crucialmente da relação sintática de concordância que se efetiva entre o nome e determinantes e adjetivos, uma vez que a relação entre o gênero gramatical de uma palavra e a forma fonológica não é direta; não há uma correspondência biunívoca, ou seja, a correlação entre o marcador de classe –

a vogal temática - e o gênero gramatical é altamente arbitrária⁵, como se pode depreender do quadro abaixo:

	MASCULINO	FEMININO	MASC./FEM.
-o	bot- o	libid- o	model- o
-a	crom- a	testemunh- a	coleg- a
-e	tigr- e	lebr- e	client- e

Fonte: Alcântara, 2003

Quadro 1 - Classes formais e gênero

No entanto, há uma redundância no sentido de que a maioria das palavras terminadas na vogal temática *-o* é masculina, e a maioria das palavras terminadas na vogal temática *-a* é feminina, mas esta coincidência não é garantia da correta identificação do gênero de um nome na língua. Nesse sentido, a pista relevante para a identificação do gênero de nomes inanimados (*cama, drama*) ou animados de gênero intrínseco (*cobra, tamanduá*) dependerá da marca de gênero presente nos elementos com os quais o nome concorda. Já em relação aos nomes animados de gênero opcional (*coelho/a*), há uma coincidência entre gênero semântico e classes típicas de nomes masculino e feminino.

Adicionalmente, uma distinção semântica importante é derivada da noção de não-marcado e marcado, relacionada aos gêneros masculino e feminino. O não-marcado, ou seja, o masculino, pode denotar uma classe, enquanto o marcado, isto é, o feminino, denota uma subclasse da classe denotada pela forma masculina. A noção de categorias marcada e não-marcada está presente na semântica, na fonologia, na morfologia, etc. Já GREENBERG (1966) apontava para o fato de que o membro não-marcado pode ser tomado como um substituto de toda a categoria. Somente em um contexto específico, atribui-se ao membro não-marcado um sentido de

oposição ao membro marcado. Na maior parte das vezes, a forma não-marcada abarca os membros da forma marcada, inclusivamente. Pode-se, assim, associar à forma não-marcada uma leitura genérica (que abarca tanto os membros da classe marcada como da não-marcada)⁶.

O português lança mão de várias possibilidades estruturais para expressar genericidade. Em PB, a leitura genérica pode ser caracteristicamente obtida na presença de sintagmas nominais definidos singular (*o gato*) ou plural (*os gatos*) e de sintagmas nominais sem determinante (*bare nouns*) plural (*gatos*) - possibilidade também compartilhada com o português europeu - ou singular (*gato*), particularidade do PB (ver MÜLLER, 2002).

Em relação aos DPs que também admitem a interpretação referencial, alguns outros aspectos contribuem para a definição da leitura genérica ou não-genérica. Um desses aspectos diz respeito ao tipo de predicado atribuído ao DP, que pode expressar uma propriedade, evento ou estado que diz respeito particularmente a indivíduos ou a espécies. Nesse sentido, conhecimento de mundo exerce também forte influência para a interpretação genérica:

(4) a. O gato é traçoeiro. ($\sqrt{\text{objeto}}/\sqrt{\text{espécie}}$ preferencialmente)

b. O gato tem olhos verdes. ($\sqrt{\text{objeto}}$)

Entre as propriedades formais que contribuem para a distinção entre a leitura genérica e a não-genérica estão o tempo e/ou o aspecto do predicado que se combina com o DP:

(5) a. O gato é traçoeiro. ($\sqrt{\text{objeto}}/\sqrt{\text{espécie}}$ preferencialmente)

b. O gato era traçoeiro. ($\sqrt{\text{objeto}}$)

Embora tenhamos apontado para uma série de propriedades que conjuntamente contribuem para a expressão da genericidade, a distinção entre gênero marcado e não-

marcado é também considerada como informação relevante para a caracterização da expressão da genericidade. O experimento a ser reportado se concentra nessa distinção ao manipular a questão do gênero de nomes animados da língua e seu caráter intrínseco ou opcional. Antes da apresentação do experimento, no entanto, reportaremos alguns resultados que apontam para o fato de que aquisição de conhecimento específico relativo a gênero gramatical numa dada língua resulta da habilidade de este ser reconhecido na morfologia, processado sintaticamente e semanticamente interpretado no curso da aquisição da língua.

4. Habilidades de processamento: Resultados obtidos para o PB

Crianças de tenra idade mostram grande sensibilidade em relação a diferentes tipos de informação proveniente da interface fonética da língua, como características fonotáticas e prosódicas (JUSCZYK, FRIEDERICI, WESSELS, SVENKERUD E JUSCZYK, 1993). A informação prosódica e a distribucional parecem ser relevantes à aquisição da linguagem, ao facilitar o processamento dos dados lingüísticos da fala pela criança. Por exemplo, a identificação de classes lexicais, a delimitação de unidades sintagmáticas e o processamento da concordância são crucialmente dependentes de informação de interface provida por elementos de categorias funcionais, tais como Determinante e Tempo (em auxiliares, particularmente) (GERKEN E McINTOSH, 1993). Assim sendo, é necessário que crianças estejam, o quanto antes, sensíveis à informação proveniente de elementos de categorias funcionais, no fluxo da fala, para que processamento sintático seja conduzido (cf. CORRÊA, 2001). Há evidências empíricas de que crianças de

10 meses e meio são sensíveis às propriedades fônicas e distribucionais dos itens funcionais em geral (SHADY, 1996). HÖHLE E WEISSENBORN (2000) e HÖHLE, BLEN E SEIDL (2002) constataam, por sua vez, a sensibilidade a determinantes e o uso desses elementos na delimitação de itens lexicais em alemão com crianças entre dez e doze meses. No que se refere ao português, NAME E CORRÊA (2003) constataram a sensibilidade de crianças – idade entre 12 e 18 meses - à variação fonológica na classe dos determinantes em tarefa de Escuta Preferencial (*Headturn Preference*), sugerindo que crianças, nessa idade, já apresentam percepção da categoria funcional D. A sensibilidade à incongruência de gênero no DP em tarefa de identificação de gravuras foi constatada por CORRÊA E NAME (2003), com crianças entre 21 e 28 meses, o que aponta para um possível processamento da concordância de gênero no DP.

Esse tipo de habilidade se apresenta como um pré-requisito satisfeito para que o processamento da concordância de gênero se estabeleça entre Det e N, o que não parece trazer problemas para crianças assim que estas começam a se expressar por meio da fala, como observado anteriormente (ainda que seja um dos problemas que afetam a produção de DPs por crianças com um déficit específico no domínio da língua (cf. SILVEIRA, 2002).

As relações de interface entre língua e sistemas conceituais e intencionais estão longe de serem entendidas. É possível, no entanto, que a habilidade de processamento sintático contribua para a categorização de elementos em classes e subclasses de forma análoga a seu papel na aquisição de significado lexical (GLEITMAN, 1994) e na delimitação de classes lexicais semântica e sintaticamente diferenciadas (WAXMAN, no prelo). Assim sendo, distinções morfológicas, além de sinalizarem (idiossincraticamente) o elemento que, numa relação de concordância, possuiria um traço não

interpretável ou, no âmbito da flexão nominal, nomearia uma subclasse da classe nomeada pelo nome (a subclasse dos indivíduos femininos), também apontariam para distinções semânticas que possibilitam o estabelecimento da referência genérica. Não é claro de que modo a referência genérica poderia ser estabelecida fora do âmbito da língua. GELMAN E RAMAN (2003) apontam para pistas morfossintáticas, pragmáticas e de conhecimento de mundo que podem contribuir para a sinalização da leitura genérica de sintagmas nominais. Os resultados obtidos a partir da aplicação de cinco experimentos que examinam a influência de pistas lingüísticas e de pistas contextuais/pragmáticas para a obtenção de leitura genérica, no inglês, indicam que, aos dois anos de idade, as crianças utilizam pistas lingüísticas e, aos três anos de idade, as pistas contextuais/pragmáticas passam a ser consideradas. Assim sendo, é possível que distinções semânticas vinculadas à marcação morfológica contribuam para o ganho cognitivo que a possibilidade de estabelecimento de referência genérica traz no desenvolvimento da criança.

A literatura em aquisição da linguagem indica que distinções semânticas constituem aquisição tardia (MARATSOS, 1976), sugerindo que desenvolvimento cognitivo em outros domínios é necessário para que tais distinções sejam percebidas pela criança e estabelecidas na fala. A tendência identificada no estudo anterior já referido (CORRÊA ET AL, 2004) aponta para uma direção oposta. Em que medida distinções semânticas sutis podem ser estabelecidas a partir de um contraste morfológico pertinente ao gênero do nome no DP? O experimento elaborado buscou investigar essa questão, estabelecendo um contraste explícito entre o processamento de DPs com nomes com traço intrínseco e com traço opcional de gênero.

O estabelecimento da distinção entre tipos de traços traz uma questão teórica de interesse para o estabelecimento de relações entre gramática e processador lingüístico. Conforme mencionado na seção 2, em CHOMSKY (1995), o conjunto de traços- ϕ é assumido como constitutivo do Nome. Desde então, contudo, propostas vêm sendo encaminhadas que sugerem a necessidade de se considerar número, assim como gênero como projeções funcionais, ainda que de natureza distinta (PICALLO 1991; RITTER 1991). Essas propostas apresentam-se pertinentes aos traços opcionais, visto que a identificação do valor dos mesmos parece transcender no âmbito do léxico (ou seja, em um estágio pré-sintático de uma derivação ou do processamento lingüístico (cf. CORRÊA, 2005)⁷. Do ponto de vista do processamento lingüístico, não é claro o quanto tais distinções implicariam custo computacional mensurável. Os trabalhos anteriores não justificariam a atribuição de maior custo ao processamento do gênero opcional, embora dificuldades identificadas no processamento do número em tarefa semelhante (CORRÊA, NAME E FERRARI-NETO, 2004) pudessem sugerir ser a opcionalidade característica do traço de número, em contraste com o caráter intrínseco característico do gênero gramatical na língua, um fator responsável pelos resultados encontrados. Assim sendo, ao se tomar o tipo de traço formal (intrínseco e opcional) como variável independente é possível averiguar se a possibilidade de o gênero opcional envolver uma projeção funcional adicional traria maior demanda ao processamento do DP pela criança.

5. Experimento: Distinguindo a marcação de gênero

O presente experimento visa a verificar: (a) se a informação de gênero opcional é percebida pela criança como

indicativa de uma distinção entre classes semânticas tomadas como marcada e não-marcada; (b) se o tipo de traço formal (intrínseco ou opcional) afeta o processamento da concordância de gênero no DP por parte da criança independentemente da identificação do referente. Caso o processamento do gênero opcional apresente demandas específicas comparado ao gênero intrínseco, independentemente da necessidade de o sexo do referente do DP ter de ser explicitamente considerado na escolha da figura-alvo, a proposta de uma projeção funcional específica para o gênero opcional encontraria respaldo nesse tipo de dado.

A investigação é conduzida por meio de uma tarefa de identificação de gravuras a partir da fala de um fantoche que demanda à criança que lhe dê uma figura com determinado referente. Pranchas com quatro gravuras são utilizadas, nas quais se apresentam a figura-alvo e três alternativas (ver item *Material*, para descrição). O DP utilizado para a referência à figura-alvo é manipulado em função das seguintes variáveis⁸: (1) *Gênero*: Masculino (não marcado) e Feminino (Marcado); *Tipo de referência*: gênero intrínseco (referente único); gênero opcional (referente único); gênero opcional (com par de gênero natural contrastado). A variável dependente é o número de escolhas correspondentes à figura-alvo por condição. O Quadro 2 apresenta os tipos de estímulos utilizados por condição:

Opcional Único/Par:	Intrínseco
<i>Mostra o pato pro Dedé. (Masculino)</i>	<i>Mostra o jacaré pro Dedé. (Masculino)</i>
<i>Mostra a pata pro Dedé. (Feminino)</i>	<i>Mostra a tartaruga pro Dedé. (Feminino)</i>

Quadro 2 – Tipos de estímulos utilizados por condição

Considerou-se que: (a) se a distinção entre marcado e não-marcado em relação ao gênero opcional no português é interpretada pela criança como indicativa de uma expressão de genericidade na língua, um maior número de respostas corretas para o referente de DPs com traço marcado (feminino) do que para o referente de DPs com traço não-marcado (masculino) pode ser esperado; (b) se há uma diferença de processamento envolvendo a presença do traço de gênero intrínseco ou opcional, um número maior de respostas corretas deve ser obtido quando o referente de DPs possuir traço intrínseco de gênero.

Método:

Participantes:

Participaram do experimento onze crianças de 22 a 34 meses (idade média - 28 meses), sendo quatro meninas. As crianças freqüentavam uma creche de classe média da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro⁹.

Material:

O material lingüístico consistiu de quatro listas de estímulos, distribuídos de modo semi-aleatório (evitando-se que dois estímulos de uma mesma condição fossem apresentados em seqüência). Cada lista continha vinte sentenças – quatro sentenças para cada condição definida em função do tipo de referência (sentenças-teste) e outras oito tomadas como distratoras. Os estímulos foram gravados por voz feminina, sintetizada. Para cada sentença foi criada uma prancha, composta por quatro gravuras, a saber: a figura-alvo, uma figura de animal de gênero oposto à figura-alvo, uma figura de objeto inanimado com mesmo gênero da figura-alvo

e uma figura inventada. Na condição gênero opcional com par de referentes, o animal de gênero oposto ao da figura-alvo é do mesmo tipo daquele (ex. *gato / gata*). O aparato experimental consistiu de um CD player Philips, conectado a um fantoche, nomeado *Dedé*. Folhas de respostas foram utilizadas para anotar a escolha feita pela criança. Apresentamos, como ilustração, uma das pranchas constantes do álbum seriado utilizado nesse experimento.

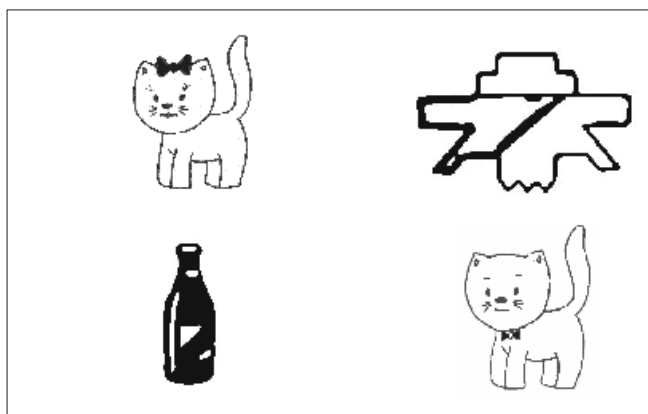


Figura 3 - Exemplo de prancha

Procedimento:

O experimento foi conduzido em uma creche do Rio de Janeiro, onde uma sala tranqüila foi disponibilizada para os experimentadores. Cada criança era trazida pela própria professora (ou a assistente) que permanecia na sala, enquanto ela era testada. O teste foi conduzido por uma pesquisadora e auxiliado por outra, responsável pela seleção das pranchas a serem apresentadas à criança e pelo registro escrito das respostas. Na fase pré-teste, o experimentador que interage

diretamente com a criança busca deixá-la à vontade, apresenta o *Dedé*, e demonstra a ela que aquele fantoche “fala”. O livro do *Dedé* é então mostrado à criança, que é convidada a brincar com o fantoche. A criança aceita a brincadeira e as primeiras sentenças de treinamento são apresentadas. Diante do interesse da criança pela brincadeira, introduz-se a fase Teste, na qual as sentenças-teste, entremeadas de distratoras, são apresentadas. As respostas da criança são sempre acolhidas positivamente pelo experimentador, correspondam (ou não) ao esperado, e anotadas na folha de respostas. O procedimento toma cerca de 8-10 minutos.

Resultados e discussão:

Os resultados obtidos por meio de uma análise da variância (ANOVA), com design 2X3 (gênero e tipo de referência, ambos medidas repetidas), apresentaram: um efeito principal significativo de *Tipo de Referência* $F(2, 20) = 24,57$ $p < .0001$ (ver Figura 4); um efeito significativo da interação entre *Tipo de Referência* e *Gênero* $F(2,20) = 3,56$ $p < .05$ (ver Figura 5).

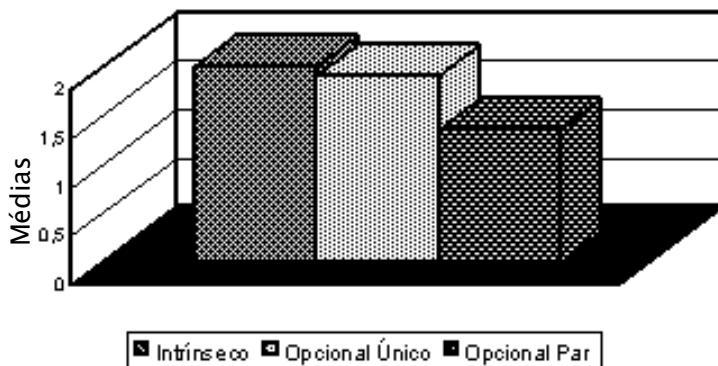


Figura 4 - Respostas corretas em função de tipo de referência

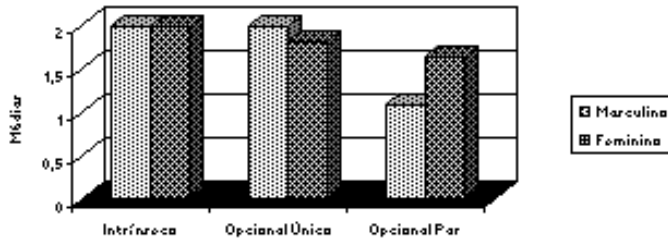


Figura 5 - Respostas corretas em função de tipo de referência e gênero

O efeito de *Tipo de referência* demonstra que opcionalidade causa maior demanda de processamento, particularmente quando é necessário distinguir referentes de mesmo tipo em função de um mapeamento entre gênero gramatical e gênero natural (ver Condição *Opcional Par* na Figura 4). Na Figura 5 observa-se que opcionalidade parece criar uma demanda específica na condição *Opcional Único*, quando o gênero é marcado, ou seja, quando é necessário processar o morfema de gênero *-a* (embora essa diferença por si só não seja significativa). A diferença entre *Masculino* e *Feminino* em função de opcionalidade é, no entanto, revertida, quando é necessário usar a informação de gênero gramatical na identificação do referente dentre os elementos de um par de mesmo tipo, como pode ser observado, comparando-se as colunas *Opcional Único* e *Opcional Par* na Figura 5. Assim sendo, no que se refere à marcação, a interação *Gênero/Tipo de referência* demonstra que quando é necessário distinguir referentes de mesmo tipo em função do gênero gramatical/natural, a forma masculina é tomada como genérica, ou seja, possibilita a escolha aleatória de um referente macho ou fêmea, o que acarreta erro na presente tarefa.

A demanda específica que parece ser imposta pelo morfema de gênero *-a* corrobora a distinção de valor

atribuído às terminações dos nomes animados que aceitam gênero opcional no português, no sentido de que a vogal *-o* é tomada como marcador de classe, enquanto a vogal *-a* é considerada um sufixo de gênero.

6. Conclusão

O gênero caracteriza-se como um traço eminentemente intrínseco nos nomes da língua portuguesa. A opcionalidade do traço formal de gênero (em que há uma correspondência entre gênero gramatical e gênero natural), característica de um subgrupo de nomes animados no português, desencadeia o estabelecimento de uma distinção semântica/morfológica, no sentido de que o masculino, tomado como não-marcado, apresenta a propriedade semântica de nomear uma classe, enquanto o feminino, o valor marcado, nomeia uma subclasse da classe nomeada pelo masculino. Nesse sentido, seria legítimo distinguir formalmente gênero intrínseco e opcional, como discutido na seção 2, tendo em vista que essas formas podem ser representadas de forma diferenciada no Léxico Mental (exceto quando a frequência de uso torna uma forma flexionada uma entrada monomorfêmica no Léxico) (cf. CORRÊA, ALMEIDA E PORTO, 2004).

No que diz respeito à distinção de classes semânticas explicitada na morfologia de gênero, constatou-se que as crianças - na faixa etária de dois anos de idade - já se mostram sensíveis às distinções em relação ao gênero marcado e não-marcado dos nomes, interpretando a forma masculina como não-marcada semanticamente, ou seja, uma forma que denota uma classe de indivíduos, irrespectivamente de sexo, o que se traduziu, na tarefa de identificação de gravuras a que essas crianças foram submetidas, em uma escolha indiscriminada

de figuras apresentadas como de sexo masculino ou feminino. Esses resultados sugerem que, aos dois anos de idade - fase bastante inicial do processo de aquisição da língua -, a criança já está inserida no sistema gramatical do português e parece identificar a marcação morfofonológica relativa a gênero opcional como informação relevante não só para o processamento sintático, mas também para a constituição de categorias semânticas com implicações para a compreensão e para o estabelecimento da referência genérica. Esta apresenta uma demanda lingüística e cognitiva complexa, pois envolve a coordenação de vários aspectos da gramática da língua, dentre os quais o gênero. Resta investigar o processo de coordenação desses diferentes aspectos para o pleno domínio da língua no discurso.

Notas

- ¹ Este artigo se originou de uma comunicação apresentada no *Workshop de Processamento da Linguagem* na Faculdade de Letras/UFRJ, de 25 a 28 de abril de 2005, promovido pelo LAPEX e CLIPSEN. A aquisição do gênero é tema de estudo do Grupo de Pesquisa *Processamento de Aquisição da Linguagem* (GPAL, CNPq), que atua no LAPAL (Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem-PUC-Rio). A realização do presente trabalho se insere nas atividades do Projeto Recém-doutor CNPq 303611/03-0 e a pesquisa do GPAL aqui referida vem sendo apoiada pelo CNPq e pela FAPERJ.
- ² A caracterização de gênero em termos de um traço formal do léxico que pode ser intrínseco, quando não há flexão e, sim, diz respeito a uma classe de nomes sem correspondência com classes semânticas de gênero natural e gênero opcional, quando a flexão de gênero no nome traz informação referente à subclasse dos seres de sexo feminino em uma dada categoria de seres animados, se apóia na distinção entre traços intrínsecos e opcionais do léxico em CHOMSKY (1995). A caracterização lingüística do gênero será desenvolvida na secção 2.
- ³ Esse mecanismo não se aplica ao traço de Caso, cuja valoração se dá como reflexo da relação de concordância que se estabelece entre os traços-φ

do elemento a receber Caso e outros elementos que determinarão o valor do Caso: nominativo, acusativo, oblíquo, etc.

- ⁴ Vale observar que as projeções intermediárias entre NP e DP devem apresentar um traço não-interpretável que dispare a relação de concordância sonda-alvo, uma vez que traços interpretáveis não deflagram essa busca.
- ⁵ Em relação ao português, parece ser mais adequado afirmar, conforme afirma Harris em relação ao espanhol (apud Alcântara, 2003), que há correlações de generalidade variada. Os masculinos predominam na classe I, de terminação *-o*, e os femininos, na classe II, de terminação *-a*.
- ⁶ A leitura genérica, obviamente, pode também ser efetivada a partir do sintagma que nomeia a classe marcada. Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que a inclusão de membros da classe marcada quando do uso do sintagma que nomeia a classe não-marcada constitui um indicativo importante para a aquisição das propriedades relacionadas à expressão da genericidade.
- ⁷ Para uma caracterização entre passos de uma derivação e etapas de processamento, ver CORRÊA (2005).
- ⁸ A variável *congruência de gênero entre Determinante e Nome* foi originalmente manipulada. Esta não será considerada na presente análise, que foca a questão da marcação e da genericidade. As sentenças incongruentes apresentadas são, portanto, tomadas como sentenças distratoras para o presente propósito.
- ⁹ Este estudo, com onze crianças, foi tomado como piloto de experimento em realização, no qual a condição incongruente da versão original foi eliminada e apenas as variáveis *gênero* (marcado e não-marcado) e tipo de referência (referente único ou par) são utilizadas.

Gender marking, optional features and generic interpretation: DP gender agreement processing by 2 year-old children

Abstract – This article investigates the relationship between gender marking and semantic classes - which has implications for the expression of genericity - in BP early language acquisition. The realization of Gender is considered and the relevance of formally distinguishing intrinsic and optional features is discussed. The results of an experiment with 22-34 month old children suggest that

optionality imposes specific demands, related to reference in particular, and that, in this age, children are sensible to gender marking as an indicative of semantic classes - a sound contribution to the acquisition of the expression of genericity in this language.

Key words – Gender features. Reference. Genericity. Marked vs. Unmarked.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, C. *As classes formais do português e sua constituição: Um estudo à luz da teoria da Morfologia Distribuída*. Tese de Doutorado. Puc-RS, 2003.

ALEXIADOU, A.; MÜLLER, G. *Class features as probes*. Ms. Universität Stuttgart, Universität Leipzig, 2004.

BERNSTEIN, J. *Topics in the Syntax of Nominal Structure across Romance*. Tese de Doutorado, CUNY, 1993.

BRUGÈ, L. The Positions of demonstratives in the extended nominal projection. In: CINQUE, G. (ed.) *Functional Structure in DP and IP: The cartography of syntactic structures*. Oxford University Press, v.1, p. 15-53, 2002.

CÂMARA, J.M. *Para o estudo da fonêmica brasileira*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. *Derivation by phase*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 18, 1999.

CINQUE, G. On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In: CINQUE, G; KOSTER, J; POLLOCK, J.-Y.; RIZZI, L.; ZANUTTINI, R. (eds.). *Paths towards Universal Grammar*. Washington DC: Georgetown University Press, p. 85-10, 1994.

CORRÊA, L. M. S. Concordância de gênero no processamento de formas pronominais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.40, p.77-92, 2001.

CORRÊA, L.S. *Delimitação de categorias lexicais na aquisição da linguagem e um instrumento para a avaliação do comprometimento do léxico no quadro do DEL (Déficit Especificamente Lingüístico) e de deficiências refletidas na linguagem*. Processo Faperj, Programa “Cientistas do nosso estado”, Rio de Janeiro, 2002.

CORRÊA, L.M.S.; NAME, M.C. L. The Processing of Determiner-Noun Agreement and the identification of the gender of Nouns in the early acquisition of Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 2, n. 1, p. 19-43, 2003.

CORRÊA, L.M.S.; ALMEIDA, D.; PORTO R.S. On the representation of Portuguese gender-inflected words in the mental lexicon. *Brain and Language*, v. 90, p. 63-73, 2004.

CORRÊA, L.M.S.; NAME, M.C.; FERRARI-NETO, J. O processamento de informação de interface na aquisição de gênero e de número no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, n.3, p. 123-137, 2004.

CORRÊA, L.M.S.; AUGUSTO, M. R. A.; FERRARI-NETO, J.; NAME, M. C. L. Similarities and differences in the acquisition of number and gender: an experimental investigation on the basis of Brazilian Portuguese. LISBON MEETING ON LANGUAGE ACQUISITION, 2., Lisboa, 1-4 June 2004.

CORRÊA, L.M.S. Uma hipótese para a relação entre processador lingüístico e gramática numa perspectiva minimalista. Congresso Internacional da ABRALIN, 4. In: *Atas ...*, 2005 (a ser disponibilizado em formato eletrônico).

CORRÊA, L.M.S. Conciliando processamento lingüístico e teoria de língua no estudo da aquisição da linguagem. In:

Lingüística, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 207-234, dezembro de 2005

CORRÊA, L.M.S. (org.) *Aquisição da Linguagem e Problemas do Desenvolvimento Lingüístico*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. No prelo.

_____. Questões de concordância: uma abordagem integrada para processamento, aquisição e o déficit específico da linguagem. *Lingüística*, revista do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFRJ, v. 1, n.1, p. 109-143, jun. 2005.

GELMAN, S.; RAMAN, L. Preschool children use linguistic form class and pragmatic cues to interpret generics. *Child Development* v. 74, n. 1, p. 308-325, 2003.

GERKEN, L.; MCINTOSH, B.J. Interplay of function morphemes and prosody in early language. *Developmental Psychology*, v. 29, n. 3, p. 448-457, 1993.

GLEITMAN, L. The structural sources of verb meaning. In: Bloom, P. (Ed.). *Language Acquisition: Core Readings*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

GREENBERG, J. *Universals of language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1966.

HÖHLE, B.; WEISSENBORN, J. The Origins of Syntactic Knowledge: Recognition of determiners in one year old German children. ANNUAL BOSTON, 24. *Proceedings*, 2000.

HÖHLE, B.; BLEN, L.; SEIDL, A. Recognition of Phrases in Early Language Acquisition: The Role of Morphological Markers. ANNUAL BOSTON UNIVERSITY CONFERENCE ON LANGUAGE DEVELOPMENT. In: BEACHLEY, B., BROWN, A.; CONLIN, F. (eds.) BUCLD 27: *Proceedings* ..., p.138-149, 2002.

JUSCZYK, P.; FRIEDERICI, A.; WESSELS, J.; SVENKERUD, V.; JUSCZYK, A.M. Infants' sensitivity to the sound pattern of native language words. *Journal of Memory and Language*, v. 32, p. 402-420, 1993.

MARATSOS, M. The use of definite and indefinite reference in young children. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1976.

MÜLLER, A. Genericity and the Denotation of Common Nouns in Brazilian Portuguese. *D.E.L.T.A.*, v. 18, n. 2, São Paulo: PUCSP, p.287-308, 2002.

NAME, M.C.L. Habilidades perceptuais e lingüísticas no processo de aquisição do sistema de gênero no português. Tese de Doutorado, PUC-Rio, 2002.

NAME, M.C.L.; CORRÊA, L.M.S. Delimitação perceptual de uma classe correspondente à categoria Funcional D: Evidências da aquisição do português. *Fórum Lingüístico*, v. 3, n. 1, p. 55-88, 2003.

PICALLO, C. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus*, v.3, n. 3, p. 279-316, 1991.

RITTER, E. Evidence for number as a nominal head. *The GLOW Newsletter*, v. 14, 1991.

_____. Where's gender? *Linguistic Inquiry*, v. 24, p. 795-803, 1993.

SHADY, M. *Infants' sensitivity to function morphemes*. PhD Dissertation at Univ. Buffalo, 1996.

SILVEIRA, M. O Déficit Especificamente Lingüístico (DEL) e uma avaliação preliminar de sua manifestação em crianças falantes de português. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2002.

WAXMAN, S. Tudo tinha um nome e de cada nome nascia um novo pensamento: Vínculos entre aprendizagem de palavras e organização conceitual no início da aquisição da linguagem. In: L.M.S. CORRÊA (org.) *Aquisição da linguagem e problemas do desenvolvimento lingüístico*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, no prelo.

Apresentado e aprovado para publicação em outubro de 2005.